

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATU SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**Análise dos tipos documentais da Série 03 do
Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS**

Monografia de especialização

Anna Luiza de Moura Saldanha

**Santa Maria, Brasil
2013**

Análise dos tipos documentais da Série 03 do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS

Anna Luiza de Moura Saldanha

Monografia de Especialização do curso de Pós-Graduação à distância em Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) e da Universidade Aberta do Brasil, como requisito parcial para obtenção de grau.

Orientadora: Prof. Dra. Rosanara Pacheco Urbanetto

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATU SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a monografia de especialização**

Análise dos tipos documentais da Série 03 do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS

Elaborada por
Anna Luiza de Moura Saldanha

**Como requisito parcial para obtenção do grau de
especialista em Gestão de Arquivos**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Rosanara Pacheco Urbanetto, Dra.
(Orientadora)**

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Ms. (UFSM)

Maria Alcione Munhoz, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho ao meu namorado/companheiro/amigo Chico, pelo empenho que teve ao juntar toda a documentação do meu currículo para que eu pudesse me inscrever nesta especialização, enquanto eu estava de férias na casa da minha irmã, em Portugal. Chico, muito obrigada pelo crédito dado aos “meus estudos”.

Da mesma forma, agradeço e dedico o trabalho à minha mãe, pelo apoio incondicional e pela confiança sincera, isso que faz dela “a patrocinadora das minhas pesquisas”. Te amo mãe!

Um agradecimento especial ao sr. Jair Krischke, que ao abrir as portas de um acervo tão importante como o do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, me presenteia com sua(s) história(s), sua generosidade e sua amizade.

À Gabriela Villanova e ao Vander Duarte, muito obrigada pela imensa contribuição que deram ao meu trabalho. Priscilla Tieze, obrigada por largar tudo o que tinha para fazer e me auxiliar no final da pesquisa. Queridos amigos, seria difícil sem vocês!

À turma que me acompanhou nessa jornada, Francineide, Joice, Sônia, Sandra, Thaís, Luciene, Waldemar, Sandro, Josivan e Willian... com vocês e por vocês! Muito obrigada por seguirem adiante, pelo apoio mútuo nas horas de queda e na hora dos desabafos e pelos socorros prestados a qualquer hora do dia... a melhor parte desse curso, sem dúvida nenhuma, é a amizade que fica!

RESUMO

Monografia de Especialização

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD EM GESTÃO DE ARQUIVOS

Universidade Federal de Santa Maria

Universidade Aberta do Brasil

Análise dos tipos documentais da Série 03 do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS

Anna Luiza de Moura Saldanha

Rosanara Pacheco Urbanetto

Defesa: São Lourenço do Sul, 07 de Dezembro de 2013

Este trabalho de conclusão de curso apresenta o acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS como um marco interpretativo das ditaduras do Cone Sul, contendo uma memória emblemática com os objetivos de legitimar a história das pessoas afetadas pelo regime de repressão. Busca analisar os tipos documentais da série 3 - Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul, com a proposta de coleta de 10 itens documentais, permitindo a melhor compreensão da função de análise tipológica enquanto pesquisa e produção de conhecimento dentro dos arquivos. Essa seleção levou em conta as ações do Movimento durante as ditaduras na América Latina – denúncia, auxílio e solidariedade – e a frequência com que apareciam dentro do conjunto de documentos que formou a série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul. Ainda, este trabalho demonstra como se deu a organização deste acervo, a classificação e a construção do quadro de arranjo, para que se chegasse à interpretação dos documentos. Por fim, busca compreender a importância do trabalho arquivístico em instituições sociais de luta pelos direitos humanos.

Palavras-chave: Tipologia documental. Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul.

ABSTRACT
Monograph Specialization
GRADUATE COURSE IN MANAGEMENT ARCHIVES
Federal University of Santa Maria
Open University of Brazil

Analysis of record types of Series 03 of the Movement of Justice and Human Rights in RS

Anna Luiza de Moura Saldanha

Rosanara Pacheco Urbanetto

Defense: São Lourenço do Sul, December 7, 2013

This final year dissertation introduces the holdings of the Justice and Human Rights Movement of the RS as an interpretive mark of dictatorships of the Southern Cone, containing an emblematic memory with the goals of legitimizing the story of the people affected by the regime of repression. Seeks to analyze the record type of the series 3 - State Terrorism in the Southern Cone dictatorships, with the proposed collection of 10 documentary items, allowing a better understanding of the function of typological analysis as research and knowledge production within the files. This selection took into account the actions of the Movement during the dictatorships in Latin America – complaint, aid and solidarity - and often appeared within the set of documents that formed the State Terrorism in the series yet dictatorships of the Southern Cone, this work demonstrates how was the organization of this holding, this classification and construction of the classification scheme, to reaching the interpretation of the documents. Finally, it seeks to understand the importance of archival work in social institutions struggle for human rights.

Key words: Record Type. Movement for Justice and Human Rights. State Terrorism in the Southern Cone dictatorships

LISTA DE SIGLAS

MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos

AsF – Arquivistas sem Fronteiras

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

A.F.U.DE – Agrupación de los Familiares de Uruguayos Desaparecidos

ACNUR - Agência das Nações Unidas para Refugiados

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ficha de Identificação de Tipo Documental	30
Quadro 2 – Ficha de Identificação de Tipo Documental– Dossiê Investigativo	34
Quadro 3 – Ficha de Identificação de Tipo Documental– Auto de qualificação e interrogatório	37
Quadro 4 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Manifesto contra a violência	40
Quadro 5 – Ficha de Identificação de Tipo Documental– laudo de cadáveres encontrados na costa uruguaia	42
Quadro 6 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – telegrama de solidariedade	45
Quadro 7 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Informe de Inteligência	47
Quadro 8 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Depoimento de vítimas e familiares de desaparecidos uruguaiois.	49
Quadro 9 – Ficha de Identificação de Tipo Documental - Carta com pedido de auxílio	51
Quadro 10 – Ficha de Identificação de Tipo Documental - Boletim informativo das <i>Madres de la Plaza de Mayo</i>	53
Quadro 11 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Processo de pedido de asilo territorial no Uruguai	55

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1, 2, 3 e 4 – Dossiê Investigativo	35
Figuras 4 e 5– Auto de qualificação e interrogatório.....	38
Figura 6 – Manifesto contra a violência	41
Figuras 7, 8, 9 e 10– Laudo de cadáveres encontrados na costa uruguaia.....	43
Figura 11 – Telegrama de solidariedade.....	46
Figura 12– Informe de Inteligência	48
Figura 13 – Depoimento de vitimas e familiares de desaparecidos uruguaios.....	50
Figura 14 - Carta com pedido de auxílio.....	52
Figura 15- Boletim informativo das <i>Madres de la Plaza de Mayo</i>	54
Figuras 16, 17 e 18 – Processo de pedido de asilo territorial no Uruguai.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.TIPOLOGIA DOCUMENTAL.....	15
2. O MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E SEU ACERVO.....	20
2.1 O Movimento de Justiça e Direitos Humanos.....	20
2.2 O acervo do MJDH.....	22
3. METODOLOGIA	28
4.SÉRIE 3 – TERRORISMO DE ESTADO NAS DITADURAS DO CONESUL E SEUS TIPOS DOCUMENTAIS.....	32
4.1 Tipo documental nº 1	32
4.2 Tipo documental nº 2	36
4.3 Tipo documental nº 3	38
4.4 Tipo documental nº 4	40
4.5 Tipo documental nº 5	44
4.6 Tipo documental nº 6	45
4.7 Tipo documental nº 7	47
4.8 Tipo documental nº 8	50
4.9 Tipo documental nº 9	51
4.10 Tipo documental nº 10	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXO A - Série 3 dentro do quadro de arranjo do acervo do MJDH	63
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	66

INTRODUÇÃO

Os regimes militares que ocorreram na América Latina, entre os anos 1960 e 1990 produziram diversos documentos que identificavam os cidadãos contrários ao sistema que vigorava. Além disso, estratégias de ação como capturas, torturas e desaparecimentos de opositores, utilizadas a partir da criação do sistema de cooperação e informação internacional, batizado como “Operação Condor”, geraram uma infinidade de registros escritos que contemporaneamente aos regimes militares e também atualmente se transformam nas principais provas das violações cometidas pelo próprio Estado.

Existem diversas dificuldades de se reconstruir a memória dos períodos de Ditadura na América Latina, em vista da demora da abertura dos arquivos da repressão, a adulteração e mesmo a destruição de documentos inerentes à época, além do controle e seleção do que pode ser publicado integrando os mecanismos da política do esquecimento exercida pelo Estado. Dentro dessa perspectiva, as organizações sociais ligadas às temáticas dos Direitos Humanos organizaram seus acervos em busca de verdade e justiça, compondo-os com documentos que, ao serem produzidos, serviram no sentido de denúncia em nível internacional, na busca de auxílio às vítimas das diversas violações a que foram submetidas pelo Estado repressor, e atualmente, não perderam o seu papel de denúncia, além de ajudar a construir e preservar a memória da luta contra a ditadura nesses países.

Carolina Bauer (2011, p.37) conceitua como “arquivos sobre a repressão”, os acervos com documentação proveniente de militantes, associações de mortos e desaparecidos, normas jurídicas e programas e políticas sobre Direitos Humanos. Para a autora, as ditaduras civil-militares latino-americanas - mesmo pautadas pela clandestinidade – “foram regimes que possuíram sofisticada organização burocrática”. A autora quer dizer que, a grande maioria das ações de repressão por parte do Estado eram registradas em documentos oficiais, que alimentaram os chamados “arquivos da repressão”.

De suma importância, o acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos possui grande funcionalidade para a história da humanidade, por ser detentor de

fontes que contém retratos da luta, resistência e resgate dos Direitos Humanos. No registro do CONARQ, o acervo está descrito como:

O Acervo documental do Movimento de Justiça e Direitos Humanos reflete a importante história de luta, resistência, resgate e respeito aos Direitos Humanos, perante a violação dos direitos fundamentais no período da ditadura militar no Brasil, fato que tornou esta organização uma referência no cenário nacional e internacional. O acervo propriamente dito revela de forma evidente e clara a história da repressão militar no Estado do Rio Grande do Sul e a região sul do continente latino-americano, ao mesmo tempo, é possível identificar nas diferentes séries documentais que compõem este Fundo, a composição das redes de solidariedade que se criaram, configuraram e permitiram salvar centenas de vidas de militantes políticos, intelectuais, líderes sindicais e estudantis, entre tantos outros, que foram perseguidos pelos regimes repressivos desta região do Brasil e do continente. (CONARQ, 1979, documento on-line¹)

O arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos se constitui por um acervo que possui como fundo documental esse mesmo nome. Dentro deste fundo existem seis séries, que retratam sua história de luta na defesa dos direitos fundamentais.

A série 3 – Terrorismo de Estado no período da Ditadura no Cone Sul – que dentro do quadro de arranjo, aborda as intervenções feitas pelo Movimento entre 1964 e 1984, desde sua clandestinidade na luta contra os órgãos repressores na América Latina. Contém documentos que denunciam torturas, prisões arbitrárias, desaparecimento de pessoas, além do auxílio dado aos refugiados e às famílias de mortos e desaparecidos políticos. Esta documentação revela casos emblemáticos na luta contra a ditadura, e, além disso, demonstra a comunicação feita pela instituição com outros órgãos de luta contra a ditadura na América Latina e como isso forneceu auxílio aos perseguidos pelo regime militar.

No livro lançado este ano, intitulado como “Memórias da resistência e da solidariedade: O Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva” o arquivista responsável pela organização do acervo relata em depoimento a documentação que compõe a Série três do Movimento de Justiça e Direitos Humanos:

¹ CONARQ. 1979. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=671&sid=105&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

[a série três] constitui riquíssima fonte de informação naquilo que diz respeito ao agir das forças de segurança e das forças de repressão estatais. Existem documentos de diferentes instituições uruguaias e argentinas, instituições que estiveram a serviço dessa articulação repressiva do Estado ou a serviço desse terrorismo, dessa ditadura, para o exercício do terrorismo que se praticou em diferentes instituições. Podemos encontrar documentos neste acervo, por exemplo, do Ministério das Relações Exteriores uruguaias, correspondências dos consulados, denúncias de diferentes organizações sociais; encontramos documentos do Arquivo Nacional, do Arquivo Nacional uruguaio, do Arquivo na Argentina, encontramos sim uma série de documentos que se relacionam e que de alguma forma complementam as informações que existem em outros arquivos similares aqui da região (2013, p. 557).

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a tipologia documental do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS, identificando os tipos documentais referentes à Série 3 – Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul. A delimitação do tema, portanto, é a série 3 do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e o recorte temporal refere-se ao período das Ditaduras Civil-Militares no Cone Sul, entre 1960 e 1990.

Ainda, como objetivos específicos, o trabalho apresenta:

- reconhecer os conceitos de tipologia e diplomática documental no marco de sua literatura.
- identificar as fontes e técnicas de pesquisa utilizadas na construção do quadro de arranjo do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.
- compreender a identificação de tipos documentais como um método de pesquisa arquivística.

Através desses objetivos procura-se responder às seguintes problemáticas:

- De que forma a análise de tipos documentais é vista pelos diversos autores da teoria arquivística?
- Como identificação dos tipos documentais contribui para a produção de conhecimento dentro de um acervo de luta pela defesa dos direitos humanos?

Esta pesquisa busca então demonstrar como, a identificação de tipos documentais - como uma função intelectual e de pesquisa feita pelos arquivistas - contribui para que se produza conhecimento durante a aplicação das técnicas e dos fazeres arquivísticos dentro de um acervo. O trabalho de arranjo no arquivo está

sendo finalizado com a descrição arquivística, portanto, a análise tipológica da série 3 do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos irá contribuir para a pesquisa e produção de conhecimento, devido à função social e histórica que este acervo possui.

Além disso, este trabalho também tem como proposta a identificar este tipo de acervo como um espaço de memória do passado recente de repressão e ditadura, que não perdeu seu papel de denúncia e de luta na defesa da democracia e dos direitos humanos.

A primeira parte traz o referencial teórico construído durante o projeto de pesquisa, trazendo os conceitos de tipologia documental, relacionando autores, aproximações e afastamentos teóricos, dentro da literatura arquivística.

A parte 2 traz o início da atuação da instituição e logo após pretende demonstrar como o trabalho arquivístico no fundo documental Movimento de Justiça e Direitos Humanos foi feito. Dessa forma, será possível compreender a importância da tipologia documental para a produção de conhecimento dentro dos arquivos.

A seqüência traz a metodologia e as etapas de elaboração do trabalho proposto.

A seguir, o trabalho demonstra a aplicação da identificação dos tipos documentais da Série 3 – Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul. Cada ficha de identificação tem uma contextualização do documento antes de ser apresentada.

Por fim, apresenta-se os resultados e as considerações finais do trabalho, determinando o alcance dos objetivos propostos no projeto de pesquisa.

1. TIPOLOGIA DOCUMENTAL

As instituições sociais de defesa dos direitos humanos produzem e recebem ao longo de sua existência uma diversidade de documentos no que se refere à natureza, gênero ou tipo. Neste capítulo vamos abordar os conceitos e as formas como a tipologia documental se aproxima da Arquivística, determinando o tema desta investigação.

Ao se deparar com um arquivo tão rico em termos de história e diversidade documental, o arquivista deve saber que é fundamental identificar os tipos documentais que o acervo abriga, para que determine seu contexto de produção e as relações que os documentos têm entre si, e entre eles e os sujeitos que os produziram ou pelos quais através deles agiram, e também para que se prossigam as tarefas arquivísticas, como o arranjo e a descrição.

Com os avanços tecnológicos e a explosão documental, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de se racionalizar os documentos e a forma de lidar com eles, para que se facilitasse o acesso às informações – sendo criadas políticas de “gestão de documentos”. A partir desse fato, houve uma evolução na teoria e nos procedimentos arquivísticos, estabelecendo as atividades de identificação, avaliação e seleção consolidando a racionalização dos documentos.

A tipologia documental tem sido muito utilizada na organização dos arquivos, facilitando assim, a gestão documental – sendo incluída como dispositivo de acesso e difusão ao identificar um documento dentro do contexto ao qual ele pertenceu e do contexto do arquivo onde ele se encontra salvaguardado.

Heloisa Bellotto (2002, p.19) sugere que a tipologia documental seria uma ampliação da Diplomática, pois “persegue a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (*Id.*,p.7). Ela enfatiza o que difere a diplomática da tipologia documental, tendo aquela como objeto a configuração interna do documento – “o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade” (*id, ibid.*) – e a tipologia é o estudo do documento pertencente a um conjunto orgânico, de uma série documental, advinda de uma mesma atividade.

RODRIGUES (2008) aprofunda a discussão da tipologia documental baseado nos parâmetros da diplomática:

A tipologia documental, também chamada por alguns teóricos de diplomática contemporânea, é uma área nova, produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica. Tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie. O método de análise proposto pela tipologia documental, invertendo a perspectiva metodológica, se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside a contextualização e a chave para compreender o tipo documental e logo, a série documental. (RODRIGUES, 2008, p.166).

Para esta autora essa nova utilização da Diplomática na análise dos documentos “deu origem a um novo campo de estudos, a tipologia documental” (RODRIGUES, 2008, p.133). Ela também enfatiza que o objeto da tipologia é estudar o documento dentro de seus conjuntos orgânicos, demonstrando “a lógica orgânica dos conjuntos documentais” (p.20). Portanto, a análise tipológica de documentos está ligada não só ao suporte do documento, mas ao contexto ao qual ele foi criado, suas atividades e ações.

O advento de novos suportes de informação contribuiu para a revisão dos conceitos e as práticas tradicionais da Arquivística. Em relação à Diplomática, não foi diferente. Antes engessada à estrutura do documento, agora ela passa a “revelar esses vínculos de proveniência que o documento apresenta com sua origem, base de sustentação e perspectiva da crítica para a arquivística” (RODRIGUES, 2008, p.134).

Por Princípio da Proveniência, que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define como:

Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. (p.135)

Para Schellenberg (1980), o Princípio da Proveniência tem sua importância ao proteger a integridade do documento, ao manter seus valores de prova e ao conteúdo que nele residem.

No entanto, para a corrente pós-custodial, o Princípio da Proveniência, que na arquivística tradicional é visto como físico e estático por somente objetivar a integridade dos fundos, agora é visto além disso, podendo ser utilizado para a análise funcional nos contextos de criação dos documentos (TOGNOLI e GUIMARÃES, 2010, p.5) . Embora a corrente se baseie nos documentos virtuais, é claramente aplicável nas técnicas arquivísticas, onde o arquivista procura saber os fatores culturais e sociais, os valores e a ideologia que influenciaram a criação do documento,

Essa abordagem trabalha em direção ao reconhecimento das relações existentes entre os produtores de documentos e as funções desempenhadas por eles que são refletidas nos registros. Nesse contexto, as convenções narrativas empregadas nesse processo também refletirão a herança documental (TOGNOLI e GUIMARÃES, 2010p.6)

Aliado ao Princípio da Proveniência, o Princípio da ordem original auxilia na organização interna do acervo, conferindo-lhe sua identidade como conjunto documental.

O outro princípio que fundamenta as ações de classificação de informações arquivísticas é o princípio da ordem original. Para Rousseau e Couture (1998, p .83), essa vinculação é representada, inclusive, na denominação adotada para os princípios: primeiro grau do princípio da proveniência e segundo grau do princípio da proveniência. Este último visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo. (SOUZA, 2003, p. 257).

Nesse sentido, a ordem original pertence ao segundo grau do Princípio da Proveniência, e assim, a origem do documento, que é a atividade que o gerou, irá conferir a sua identidade.

Dessa forma, através do Princípio da Proveniência, BELLOTTO (2002) salienta as exigências para a efetivação da análise tipológica:

1) o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos;

- 2) os procedimentos de gestão são sempre os mesmos quando se dá a tramitação isolada dos documentos isolados;
- 3) os conjuntos (séries) formados pelas mesmas espécies recebem na avaliação uniformidade de vigência e de prazos de guarda ou eliminação;
- 4) na constituição do fundo e de suas subdivisões, os conjuntos não estão sendo dispersos;
- 5) os documentos da série possuem a devida freqüência de eliminação. (BELLOTTO, 2002, p.95)

Rodrigues (2008), citando Duranti (1995), explica que o arquivista ao analisar um documento ou conjunto de documentos direciona sua pesquisa ao ponto de vista do criador do fundo ao qual o documento/conjunto pertencem. Complementa Duranti

Quando está diante de um documento, o arquivista trata de identificar os elementos externos e internos da forma e da sua proveniência, seu processo de criação e o procedimento superior em que participaram. Quando está frente a um conjunto de documentos, a pesquisa do arquivista deve dirigir-se primeiro para a identificação daqueles documentos que participaram da mesma transação e, a partir disto, do estabelecimento de relações dos procedimentos existentes entre eles e das relações análogas entre eles e os documentos do mesmo grupo que participaram em outras transações. Depois disto o arquivista pesquisa como o grupo de documentos que examina forma parte dos procedimentos e os classifica em termos absolutos e dentro do contexto. (DURANTI, 1995, *apud* RODRIGUES, 2008, p.48).

Sobre o método de identificação do tipo, também Rodrigues, em um artigo intitulado “**Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira**” (2012) diz que tanto o Dicionário de terminologia arquivística espanhol (1990) e o brasileiro (2005) trazem como conceito identificação: “Processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”. (DIBRATE, 2005, p104). A mesma autora complementa,

Ambos se referem à identificação como fase do processamento técnico, de tipo intelectual, que tem por objeto de estudos o órgão produtor e os documentos gerados no exercício de suas atividades. O conhecimento produzido nesta fase de pesquisa fica registrado em instrumentos específicos e fundamentam o desenvolvimento das funções de planejamento da produção, classificação, avaliação e descrição de documentos de arquivo. (RODRIGUES, 2012, p.2)

Rodrigues (2012), no mesmo artigo acima citado, discorre sobre a identificação como uma metodologia de pesquisa sobre a gênese do documento, sendo que consiste num estudo sobre o documento de arquivo e os vínculos que possui com o órgão que o produziu. “Nesse sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental” (p.4).

Assim, este trabalho teve como finalidade demonstrar a análise tipológica como produção de conhecimento arquivístico fazer a identificação a partir de uma metodologia crítica se torna essencial.

A preocupação em dar acesso aos documentos de um acervo é uma função primordial dos arquivistas. Sendo assim, seu trabalho na organização dos arquivos – o arranjo e a descrição – pressupõe a compreensão da origem dos documentos, de quem foram seus produtores, suas funções sociais e o papel que ocuparam perante a sociedade.

A forma como o acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos foi pensado em sua organização e arranjo determina como a identificação dos tipos documentais será feita. A seguir o trabalho mostra como o acervo foi organizado fundamentado com a literatura arquivística.

2. O MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E SEU ACERVO

Antes de entrar na análise dos tipos documentais da série 3 – Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul, é conveniente conhecer o início da atuação e relatar como se deu a organização do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, compreendendo a base teórica e as escolhas do grupo que nele trabalhou. Para isso, compreender como a instituição atuou e a forma como foi organizado seu acervo e estabelecida a organicidade e construção do quadro de arranjo se torna essencial para o andamento do trabalho.

2.1. Movimento de Justiça e Direitos Humanos

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos existe de fato desde 25 de março de 1979, se caracterizando como sociedade civil e apartidária. Sua atuação na luta pela defesa dos direitos humanos vinha acontecendo desde a década de 1960 – momento em que os cidadãos latino-americanos sofriam com os regimes autoritários em seus países. Nesse contexto, seus membros auxiliavam pessoas perseguidas pelos seus governos e prestava solidariedade às famílias de desaparecidos.

A partir dos anos 70, com a integração entre as ditaduras existentes na América Latina, surge um tratado entre policiais e militares e através das embaixadas da Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai, com o nome de “Operação Condor”. Segundo Jair Krischke, em prefácio escrito para o livro “Nas Garras do Condor” (MARIANO, 2003) esta operação era um acordo que criava mecanismos de “detenção-desaparecimento” de pessoas destes países – independentemente do território em que se encontravam – e posterior traslado ao país de origem. Ainda, lembra ele, a doutrina de segurança nacional, contra ações ditas subversivas, fizeram eclodir o “terrorismo de estado” como uma rede integrada na América Latina, instaurando o medo como política de controle.

Para Mariano (2003),

Com a Operação Condor, as ditaduras derrubaram as fronteiras geográficas e políticas, aboliram tratados de proteção a refugiados e desrespeitaram regras de direito internacional. O horror passou a circular sem passaporte. Nas incursões além-fronteiras, não foram apanhados somente guerrilheiros e militantes marxistas – os alvos imediatos -, mas também ex-presidentes, ministros, parlamentares, generais legalistas, sindicalistas, estudantes, intelectuais. Enfim, todos que ousassem discordar. MARIANO, 2003, p.18)

Assim, dentro desse contexto de repressão e desaparecimentos que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos começa a atuar, clandestinamente, na retirada de inúmeros perseguidos políticos do Cone Sul. Sua atuação junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), permitiu que se viabilizasse asilo territorial à essas vítimas de perseguição política em países da Europa. Segundo Vivar e Padrós (2013)

Também merece menção a constante tarefa de denunciar a repressão, prisão e tortura de lideranças dos diferentes setores sociais, vítimas da violência do terrorismo de Estado vigente na região. Nesse sentido, apesar do clima generalizado de insegurança, censura e colaboração entre os regimes repressivos da região, o MJDH contribuiu para informar à imprensa e à opinião pública internacional o grave desrespeito dos direitos humanos que se produzia em todo o Cone Sul. (VIVAR e PADRÓS, 2013, p.20)

Esses mesmos autores indicam que o seqüestro dos uruguaios Lílian Celiberti e seus filhos, junto com Universindo Diaz em Porto Alegre, no ano de 1978 – numa clara demonstração da Operação Condor – foi o caso em que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos ganhou notoriedade, intensificando as ações de denúncia e auxílio da instituição.

Enfim, em 1979, as amarras do regime militar brasileiro acabam se soltando aos poucos com o fim do Ato Institucional nº 5 – decretado em 1968, determinando, entre outras arbitrariedades, a suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão – e o Movimento é registrado oficialmente.

Com sua existência de fato, o MJDH passa a atuar junto com outras entidades sociais na América Latina e participa em diversas campanhas como a Anistia, as Diretas Já, a Constituinte, a Reforma Agrária, etc. Com o fim da Ditadura

Civil-Militar, o Movimento volta-se não só para a luta contra outros tipos de violência por parte do Estado, de violação dos Direitos Humanos, mas também para causas como a do Meio Ambiente e de prestação de serviços assistenciais e judiciais às famílias atingidas por diversos tipos de violência.

2.2. O acervo do MJDH

A documentação gerada pelas organizações de direitos humanos são os testemunhos da atuação do Estado e a prova da existência de mortos, desaparecidos, perseguidos ou torturados por ordem deste, demonstrando todo o seu aparato repressivo. Atualmente, são estes acervos que denunciam, além de promover a construção e preservação da memória da luta contra a ditadura e sistemas repressivos.

Elisabeth Jelin (2002, p.6) se refere aos acervos de organizações sociais, e aos documentos produzidos durante a ditadura civil-militar na América Latina, dizendo que,

Es así como se fueron constituyendo al menos tres tipos de acervos archivísticos:

- a. *Los acervos de las instituciones represivas [...]*
- b. *Los acervos acumulados en base a listados y denuncias de casos, no necesariamente con material documental, como lo recogido por la Comisión de Verdad y Reconciliación (Comisión Rettig) en Chile, o la Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP) en Argentina. En general, estos listados se apoyaron en las denuncias recogidas por las organizaciones de derechos humanos anteriormente, como los listados de la Asamblea Permanente de Derechos Humanos en Argentina, la Vicaría de la Solidaridad en Chile, analizado por Angelica Cruz, o Clamor desde Brasil (uno de los acervos a los que hace referencia Samarone Lima)*
- c. *Otros acervos diversos y generalmente dispersos, que recogen documentos, restos y rastros del periodo dictatorial. Materiales sobre la vida cotidiana durante las dictaduras, sobre los medios de comunicación de masas, sobre el propio movimiento de derechos humanos, sobre la resistencia personal y colectiva. Acervos que se extienden en el tiempo al periodo postdictatorial, especialmente con iniciativas que incorporan dentro de sus objetivos "la memoria" y la transmisión de mensajes a la posteridad. (p.7)*

Este tipo de instituição foi tema de debate durante uma das edições do Fórum Social Mundial, no ano de 2005, na cidade de Porto Alegre, onde uma mesa foi realizada com a presença do presidente da ONG *Archiveros Sin Fronteras*, criada na cidade de Barcelona, Catalunha, no ano de 1996. Após esse tema ser discutido, os *archiveros sin fronteras* optaram por realizar suas ações também aqui no Brasil, formando grupos de trabalho para localizar e intervir em acervos da luta contra a ditadura civil-militar no Cone Sul. No Rio Grande do Sul, um grupo de arquivistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) fundou a ONG Arquivistas sem Fronteiras do Brasil em Porto Alegre, em 29 de Julho de 2008 foi firmado um acordo entre esta ONG, a UFRGS, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, para a recuperação e organização do acervo deste último.

A intervenção, como em quaisquer massas documentais acumuladas, começou pelo processo de higienização, para que depois se buscasse o sentido e a relação dos documentos entre si. Segundo relatos dos Arquivistas sem Fronteiras, encontravam-se misturados documentos sobre a Operação Condor no Brasil, informes da polícia de inteligência de Buenos Aires, documentos simbólicos sobre tortura, prisão e perseguição de lideranças políticas, sindicais, estudantis e sociais, entre vários outros.

O quadro de arranjo do MJDH foi construído sob a concepção de que um arquivista não deve ser neutro ou imparcial ao aplicar a teoria arquivística em seu trabalho. Para Cook e Schwartz (2004), “os arquivistas são artífices da política de identidade” (p.26) e, com isso, exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico e sobre como nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades. Dado o fato de o acervo ser constituído por uma instituição que combate as violações aos direitos humanos, seu quadro de arranjo reflete sua política e visão de mundo.

A série 1 – organização e funcionamento – como toda instituição contém documentos sobre a fundação do MJDH, o regimento e estatuto, bem como documentação administrativa, fiscal e de recursos humanos.

A série 2 – Promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos – é constituída por subséries que abarcam documentos sobre a defesa das violações cometidos pelo poder público no período democrático da história do país e do mundo. As subséries são denominadas a partir das intervenções feitas pelo MJDH

na saúde e segurança pública, nas questões agrárias e de moradia urbana – com grande participação no nascimento do Movimento dos Sem-Terra -, questões de xenofobia e discriminação social, de estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior, como os casos de crianças seqüestradas e levadas por familiares para fora do país; também há a subsérie que abarca as parcerias feitas entre o MJDH e organizações internacionais, como a UITA, e a subsérie que demonstra as ações feitas pela instituição na educação pelos Direitos Humanos.

A série 3 – Terrorismo de Estado no período da Ditadura no Cone Sul – aborda as intervenções feitas pelo Movimento entre 1964 e 1984, desde sua clandestinidade na luta contra os órgãos repressores na América Latina. Contém documentos que denunciam torturas, prisões arbitrárias, desaparecimento de pessoas, além do auxílio dado aos refugiados e às famílias de mortos e desaparecidos políticos. Esta documentação revela casos emblemáticos na luta contra a ditadura, como o acompanhamento do seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre, Universindo Diaz e Lílian Celiberti. Além disso, demonstra a comunicação feita pela instituição com outros órgãos de luta contra a ditadura na América Latina e como isso forneceu auxílio aos perseguidos pelo regime militar. Seus tipos documentais é que serão analisados neste trabalho.

A série 4 – Transição política no Cone Sul – que trata das questões de abertura democrática e de como ela foi promovida nos países latino-americanos que sofreram o golpe militar. Há documentos, panfletos, recortes, correspondências sobre as interferências e ações dos Movimentos nas discussões sobre as questões de anistia, abertura de arquivos do Estado e reparação e indenização de vítimas e familiares.

A série 5 – Prêmio de Justiça e Direitos Humanos – traz toda a documentação do evento promovido pelo MJDH há 29 anos, que premia jornalistas dos mais variados meios que cobrem as notícias de violação ou premiação dos direitos humanos.

Finalmente, a série 6 traz os *clippings* de jornais sobre as ações às quais o MJDH esteve envolvido e que foram coletados desde o início de suas ações. Nesta série optou-se por classificar os documentos de acordo com o quadro de arranjo, ou seja, traz como subséries as séries anteriores à esta, porque noticiam as ações da instituição.

Ainda, há a série do acervo fotográfico, que traz registros dessas ações e intervenções, porém não está organizada e classificada.

Diante desse quadro, o que se pode perceber é que houve o desenvolvimento de um minucioso trabalho de pesquisa, de forma a reconstruir o contexto arquivístico do acervo do MJDH. Para isso, as atividades partiram das seguintes etapas:

- Identificação dos membros do Movimento de Justiça e Direitos Humanos;
- Identificação de personagens mais recorrentes na documentação do acervo entre ativistas do próprio MJDH, vítimas e agentes de violações aos Direitos Humanos;
- Identificação de eventos, atividades e fatos históricos mais recorrentes no arquivo;
- Elaboração de cronologia com base na documentação e em fontes bibliográficas;
- Pesquisa em fontes bibliográficas sobre os personagens, os eventos e os fatos históricos recorrentes no acervo;
- Entrevistas com membros do MJDH e com personagens da história da instituição, através do Projeto Marcas da Memória;
- Construção do quadro de arranjo.

Para que se possa entender um acervo tão rico em informações, que algumas vezes parecem dispersas, por não terem sido criadas dentro de uma organicidade formal. Sobre essa questão, André Porto Ancona Lopez, em seu livro intitulado “Tipologia Documental de partidos e Associações Políticas Brasileiras (1999), ao falar sobre a valorização do informal referente aos estudos da “Nova História” e da história do cotidiano, contribuíram para que a arquivística fosse extraída destes estudos. Portanto,

“Categorias outrora postas à margem da pesquisa histórica ou que ao menos não tinham qualquer especificidade relevada, passam a ser inseridas. Ocorre uma revalorização do papel histórico do político, do privado, os *outsiders* do poder (...) A descoberta de novos atores históricos implica também o reconhecimento da importância do contexto de sua produção documental, agora não mais sob a ótica de uma história

tradicional, mas sob aquela de um conhecimento holístico, embora subjetivo, que ressurge com a hermenêutica” (LOPEZ, 1999, p.47)

No início do trabalho dos Arquivistas sem Fronteiras e no entendimento das funções da instituição, foi buscada a organicidade desse acervo, para que se pudesse esboçar um primeiro arranjo dos documentos.

Por organicidade, entendemos que:

"Organicidade - Se um arquivo é formado por um conjunto de documentos que se originam de ações articuladas em prol da missão de uma entidade, tem-se que ele resulta em um todo orgânico cujas partes são inter-relacionadas de modo a fornecer o sentido do conjunto." (DURANTI, 1994 p. 49)

O “todo orgânico” - ao qual Duranti se refere - são os documentos provenientes de um mesmo produtor e que apresentam conexões entre si. Na intervenção do acervo, esta conexão foi difícil de ser percebida devido à característica peculiar da política do MJDH. Como já dissemos, a atuação dessa instituição começou durante o período das ditaduras civil-militares na América Latina, entre 1960 e 1990, e lutava contra os órgãos repressores do Estado. Seu estatuto, além de ter sido construído segundo as primeiras legislações de ONG's, não refletia exatamente as ações às quais ela se dedicava. Em sua elaboração, optou-se por colocar no papel funções mais genéricas, para que pudessem passar pelo aval das autoridades.

O que se descobriu em relação à organicidade do acervo foi que seus documentos derivavam de suas funções enquanto ações de luta e solidariedade na defesa dos direitos humanos, feitas tanto no período ditatorial quanto democrático, enfatizando a luta não só no Brasil, mas no âmbito do Cone Sul. Dessa forma, o arranjo documental do acervo do MJDH foi pensado a partir da luta ativa da instituição na resistência ao período militar na América Latina e na denúncia de violações dos Direitos Humanos no regime democrático, ou seja, por assuntos ligados à atuação do Movimento.

Em face do exposto, é possível refletir que o arranjo feito neste acervo se encaixa dentro da corrente pós-custodial da Arquivística, onde o contexto sócio-cultural e ideológico dos documentos – as ações que os criaram – representam

maior importância que sua proveniência. Tognoli e Guimarães (2010) analisam que a partir desse paradigma os conceitos arquivísticos são aplicados no reconhecimento das “relações existentes entre os produtores dos documentos e as funções desempenhadas por eles que são refletidas nos registros” (p.6). Assim sendo, o arquivista estará não só familiarizado com o conteúdo desses documentos, mas sim, com sua história e a história de sua criação e utilização, para que, enfim, conheça profundamente o acervo e o contexto pelo qual ele foi criado, e o possa amplamente disponibilizar.

LOPEZ (1999), faz uma discussão sobre o método de arranjo funcional em associações políticas, onde se pode fazer uma referência às atividades de movimentos sociais, pelo seu caráter de luta política. Segundo este autor,

[...] em função das particularidades dos acervos de instituições político-partidárias clandestinas, a opção por um arranjo documental funcional, em vez do já tradicional arranjo estrutural, constitui o único modo de adequar a organização desses documentos às atividades efetivamente desenvolvidas. [...] Um arranjo estrutural revela-se problemático pelo fato de as entidades não terem, ao longo de sua existência, uma estrutura organizativa rígida e duradoura. (LOPEZ, 1999, p.65)

Ainda segundo LOPEZ (op.cit), descreve como arranjo tipológico aquele que não é pautado somente pelas funções dos documentos, mas também por suas espécies, estabelecendo previamente as tipologias documentais específicas a cada modalidade de acervo, a partir de sua natureza. Na página 65 do livro acima citado, o autor faz uma reflexão sobre os critérios de lutas sociais, que até então privilegiaram os grupos sociais dominantes, fizeram com que alguns atores políticos marginais passassem a organizar os seus próprios arquivos, “visando garantir a existência de sua história enquanto memória para o futuro” (p.65). Cabe salientar aqui que a acumulação de documentos e a organização do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos não foram pautadas somente para a garantia da existência de sua história, mas também, ou principalmente, para a continuidade da denúncia às violações dos Direitos Humanos e para a reparação daqueles que foram prejudicados pelo Estado repressor durante as Ditaduras na América Latina, e seus tipos documentais são a prova das ações da instituição, como veremos na seqüência.

3. METODOLOGIA

A documentação do acervo do Movimento de Justiça e Direitos desperta um especial interesse no que se refere aos estudos sobre estudos de arquivos da repressão e da resistência. A análise dos tipos documentais que serviram de auxílio para as missões/ações do Movimento de Justiça e Direitos Humanos servem não só para demonstrar este acervo como um lugar de memória das Ditaduras, mas também a análise tipológica como uma atividade intelectual do arquivista, na produção de conhecimento do acervo.

O contato com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS se deu na atividade de Estágio Curricular II, durante o curso de Arquivologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde então pude conhecer e constatar a importância deste acervo para a história nacional/mundial.

O tipo de pesquisa escolhido foi um estudo de caso focado na série 3 do acervo do MJDH, através de uma pesquisa descritiva através de uma coleta de dados evidenciada na “ficha de identificação do tipo documental”, que será explicada a seguir.

A proposta de coleta da tipologia documental fundamentou-se na seleção de 10 itens documentais, para permitir uma melhor compreensão da função de análise tipológica enquanto pesquisa e produção de conhecimento dentro dos arquivos. Essa seleção levou em conta as ações do Movimento durante as ditaduras na América Latina – denúncia, auxílio e solidariedade – e a frequência com que apareciam dentro do conjunto de documentos que formou a série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul. Assim, os itens documentais foram fotografados para anexar às fichas de identificação.

A primeira etapa da pesquisa foi a busca pela bibliografia especializada sobre os temas de Tipologia Documental e acervos da Ditadura Militar. Embora se discuta muito sobre procedimentos arquivísticos, entre eles análise tipológica, tipos documentais e diplomática contemporânea, além de estar muito em voga o debate sobre a abertura dos arquivos da repressão, o número de obras completas tanto de um tema quanto de outro ainda é escasso.

Após o estudo da bibliografia concernente à tipologia documental, observou-se que seria necessário a construção de uma ficha de identificação para os tipos documentais do acervo. Foi elaborada então a “Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos”, adaptada com base na obra clássica de Heloísa Liberalli Bellotto “Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos” (2008), e na obra - já citada anteriormente – de André Porto Ancona Lopez: “Tipologia Documental de partidos e Associações Políticas Brasileiras” (1999), por tratar de uma análise dos tipos documentais de instituições que têm atividades bem próximas das que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos praticou.

Quadro 1 – Ficha de Identificação de Tipo Documental

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental:</p> <p>Definição:</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: - Suporte: - Formato:
<p>2. Código de classificação:</p>
<p>CARACTERES INTERNOS:</p> <p>3. Produtor:</p> <p>4. Conteúdo: Objetivo/função:..</p> <p>5. Público-Alvo:</p> <p>6. Data:</p>

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
7. Fonte:

Explicação sobre os campos da ficha de identificação:

IDENTIFICAÇÃO:

Tipo documental: espécie + atividade concernente

Definição: definição do tipo documental

CARACTERES EXTERNOS:

Gênero: configuração assumida pelo documento com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo.

Suporte: suporte material onde estão registradas as informações.

Formato: configuração física do documento – suporte, modo de confecção e tamanho.

Código de classificação: especificação do fundo, série, subsérie e pasta à qual pertence o documento.

CARACTERES INTERNOS:

Produtor/acumulador: identificação da entidade produtora ou acumuladora do documento.

Conteúdo: resumo sucinto do conteúdo do documento.

Objetivo/função: objetivos ou funções às quais o documentos serviu para as ações do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Data: data informada no documento.

Público-Alvo: a quem se destina o documento em seu objetivo imediato.

Fonte: acervo que o abriga: Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

No primeiro momento os campos da ficha de identificação foram preenchidos de forma diversa. Nesse caso, foi preciso buscar referências que pudessem

padronizar o preenchimento dos campos, nos glossários de tipos documentais, principalmente a obra de Heloisa Bellotto (2002) da “Série Como Fazer – análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo” e em bibliografias que relatassem e analisassem o período ditatorial na América Latina. O livro “A escrita da repressão e da subversão 1964-1985” (2012), de Vivien Ishaq, Paulo Franco e Tereza de Souza auxiliou na definição de “conteúdo” e “objetivo/função”. Também, o livro “Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva” (2013), que contém inúmeros depoimentos de membros, colaboradores, vítimas e familiares que foram auxiliados pela instituição promoveu um maior entendimento no preenchimento dos campos.

O conhecimento adquirido sobre o período dos regimes militares na América Latina, através da busca e leitura bibliográfica, além dos diálogos promovidos com os membros no período de coleta e análise do material na sede do Movimento de Justiça e Direitos Humanos foram fundamentais para um maior entendimento do contexto ao qual os documentos pertenciam.

4. A SÉRIE 3 – TERRORISMO DE ESTADO NAS DITADURAS DO CONE SUL E SEUS TIPOS DOCUMENTAIS.

De acordo com a apresentação feita anteriormente, sobre como se deu e como foi pensada a construção do quadro de arranjo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, de forma a demonstrar a contextualização histórica a qual a instituição esteve envolvida, bem como deixar transparecer nas nomenclaturas das séries documentais as ações a que o Movimento se propõe.

A série 3 – Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul – como já foi esclarecido anteriormente, reflete a atuação do MJDH na resistência ao regime militar.

4.1. O tipo documental nº 1:

Dossiê:

Os dossiês identificados na série 3 do Movimento de Justiça e Direitos Humanos referem-se à investigação de militantes políticos.

O documento selecionado é o dossiê de Ermelindo Dias da Paixão ou Acimar Fernandes, produzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ermelindo era asilado no Uruguai e ao retornar ao Brasil é preso e interrogado, delatando uma suposta ação conjunta entre a classe estudantil e o clero.

Nota-se a diversidade de informações reunidas pelo departamento em questão, na efetivação da repressão promovida pelo Estado.

Quadro 2 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Dossiê Investigativo

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: dossiê investigativo</p> <p>Definição: DOSSIÊ - documento não-diplomático informativo. Unidade documental na qual se reúnem informalmente documentos de natureza diversa com uma finalidade específica. (BELLOTTO, 2002, p.66)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: fl A4
<p>2. Código de classificação: 03.1.1 Órgãos e conexão repressiva no Cone Sul</p>
<p>CARACTERES INTERNOS:</p> <p>3. Produtor: DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.</p> <p>4. Conteúdo: investigação, controle e repressão ao militante Ermelindo Dias da Paixão.</p> <p>Objetivo/função: Repressão/prisão/tortura.</p> <p>5. Público-Alvo: autoridades militares e policiais.</p> <p>6. Data: 14 de Agosto de 1968</p>
<p>7. Fonte: Acervo do MJDH</p>

Fonte: elaboração da autora.

Figura números 1, 2 , 3 e 4: tipo documental dossiê investigativo

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - DOPS

ACIMAR FERNANDES em **ERMELINDO DIAS DA PAIXÃO**

Qualificação: Filho de Joaquim Dias da Paixão e Carolina Santos Paixão nascido aos 14 de julho de 1945, solteiro, natural de - São Paulo - Capital, residente à Rua D'Armitagem, nº 34, Alto de Ipiranga - São Paulo.-

Em janeiro de 1967, consta em nosso arquivo um requerimento endereçado ao Embaixador da República do Chile, assinado por **ERMELINDO DIAS DA PAIXÃO** e outros, em Montevideo, ao qual solicitam a volta territorial na República do Chile, em virtude de perseguição política por parte das autoridades uruguiaias, uma vez que já tinham fugido da perseguição da polícia política brasileira.-

Conforme publicação no jornal "Diário da Noite", de 12 de janeiro de 1967, consta-nos que, em Montevideo, a polícia está interrogando sete cidadãos brasileiros, sendo um deles o mencionado, que resistiram em abandonar a Embaixada Checa em Montevideo, depois que lhes negaram asilo.-

Relatório Reservado de 13-2-1967, sobre as atividades dos soldados brasileiros no Uruguai, informa-nos que o "Grupo Militar" dos soldados brasileiros, solicitou ao P.C.U. (Partido Comunista Uruguai), a quantia de 500 dólares e um automóvel para o envio dos elementos **ERMELINDO DIAS DA PAIXÃO**, Marcos Fancier e Tito Guimarães Filho de regresso ao Brasil.-

Segundo Informe Reservado do Ministério da Aeronáutica, de 14-2-1967, **ERMELINDO DIAS DA PAIXÃO** e outros, solicitaram asilo diplomático na Embaixada da Checoslováquia em Montevideo. Consta que o grupo buscou asilo na Embaixada da Checoslováquia porque, sendo esta encarregada da proteção dos interesses cubanos no Uruguai, existiria a possibilidade de obterem salvo-conduto de Montevideo para Havana. Os clientes manifestos, com ataques ao governo brasileiro. Adem ainda que o episódio, em 13-3-1966 compareceu com um grupo de soldados brasileiros à homenagem ao Ezequiel Cabana no Universidade de República de - Montevideo; em 14-12-1966, foi residir na "Casa de Apêis" da R.A.N.-

Conforme publicação no jornal "Diário de São Paulo", de todo de 1-6-1969, consta-nos estar em andamento no Rio Grande do Sul, o episódio da culpa de vários passagens, entre as quais, encontram-se o líder **ACIMAR FERNANDES**, condenado por diversas vezes Criminal da 1ª, por prática de roubos. Logo no início da formação de culpa, um dos envolvidos apontou-o como aliado de DOPS.

Conforme publicação no jornal "Folha de Manhã" de 20-8-1969, consta-nos que o Conselho Permanente de Justiça, da 1ª Auditoria da Marinha, condenou **ACIMAR FERNANDES** e outros a 7 anos de prisão.-

Obs. - Anexo, cópia xerográfica de seus interrogatórios.

Mais: 30-E-160-303 - 50-C-22-2373/2374 - 50-D-26-431/432/433/434
50-G-1-217 - 50-L-0-12203 - 50-L-9-6320/7700/7701/7702/7703/7704
50-L-9-9252/9561 - 80-L-98-1800 - 50-L-100-1217/2482/2483/2484

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

N.º _____ São Paulo, 14 de agosto de 1968

REF: - INFORME RELATIVO A DILIGÊNCIA EFETUADA NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E GUANABARA.

Nos dias 11, 12 e 13 do corrente estivemos nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara para colher dados acerca de:

- I- Ermelino Dias Paixão;
- II- Informes sobre elementos que estiveram na China Comunista fazendo treinamento de guerrilhas;
- III- Atividades dos líderes estudantis daqueles Estados; e,
- IV- outros informes relativos aos itens I, II e III.

I- No dia 8 de agosto de 1968, a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, através de uma denúncia de um agente reservado, deteve o elemento Ermelino Dias Paixão, filho de Joaquim Dias Paixão e de Carolina - Dias Paixão, de nacionalidade brasileira, natural de São Paulo, nascido aos 14 de julho de 1945, sem profissão, solteiro, residente a rua D'Armitagem, nº 34, São Paulo.

Esse elemento (documento nº 1) foi convidado pelos responsáveis da DOPS da Guanabara a escrever - suas declarações (documento nº 2) e depois essas declarações foram copiadas em termos de declarações (documento 3).

Após essas providências, Ermelino Dias Paixão foi colocado a disposição do Coronel Moura, Comandante do Batalhão de Manutenção da Divisão Blindada, sito a av. Bartolomeu de Gusmão, na Guanabara. Nesse local encontramos o Comandante Alfredo do CENIMAR que também estava interessado em ouvir o elemento detido.

DOC. N.º 2

Meu nome: Guilherme Dias Faria, brasileiro, solteiro, estudante da faculdade de Teologia da U.S.P. por questões de âmbito político, estive aqui no exterior, desde junho de 1966, até janeiro de 1967, quando voltei ao Brasil, trazendo planos e convênios, para o "trabalho a navio", no Brasil. Desde março do ano passado, estou trabalhando na I.A.P. de Joinópolis, com mais dois rapazes, Cláudio e Marcos Filho, Marcos Faria. Aqui cheguei em contato com Roberto Landim, do ex-sil. Jefferson Landim, com o qual tive oportunidade de conversar sobre o sentido de uma ação conjunta entre duas instituições e o clero. Mantivemos também contato com o prof. Bayano, Sr. Manoel Martins, Major Roberto La Perle. Mais tarde fui trabalhar no Colégio de Joinópolis, onde pude manter e efetivar tais compromissos com os elementos do clero da A.P. Neste Colégio, estive presente nas nossas reuniões, e fiz um resumo de tudo de A.P. para o futuro do Brasil, fiquei conhecendo a nossa direção no clero Antonio Carlos Angelini, o mais antigo membro do clero, e portanto principal representante do clero, para as nossas reuniões.

O Estado de São Paulo

41-MAR-1969

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

SECRETARIA DE PASSAPORTES

Denúncia contra ex-asilados

Verificado.

São Paulo, de _____ de _____ de _____

CHEFE DA SEÇÃO

Denúncia contra o Sr. Darcy Ribeiro, o ex-ente-então brasileiro, a quem foi recolhido em um país estrangeiro, sob o nome de Darcy Ribeiro, da T4 Autarquia de Marinha, no Rio de Janeiro.

A denúncia apresentada pela organização de movimento político que atua e desenvolve no exterior, visando a obtenção de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades, e que se encontra em andamento em território brasileiro, e se encontra em andamento.

Pelo presente documento, foram denunciados os seguintes indivíduos: Darcy Ribeiro, ex-ente-então brasileiro, nascido em Curitiba, Paraná, em 1914; Walter Wagner de Castro, nascido em Curitiba, Paraná, em 1914; Paulo Roberto de Castro, nascido em Curitiba, Paraná, em 1914; e o Sr. Antônio Carlos Angelini, nascido em Joinópolis, Paraná, em 1914.

Os indivíduos foram enquadrados nos artigos 11, 12, 21, 22 e 23 da Lei nº 11.124, de 1966, e no artigo 113 e 131 da Constituição Federal de 1964.

PRELÍMINAR

O Conselho de Primeira Instância do Ministério da Justiça, no âmbito da Lei para examinar pedidos de renúncia da cidadania brasileira, decretou a proibição de emissão de passaportes para os indivíduos mencionados, sob o nome de Darcy Ribeiro, Walter Wagner de Castro, Paulo Roberto de Castro, e Antônio Carlos Angelini.

Chamado para o processo de renúncia, sob o nome de Darcy Ribeiro, Walter Wagner de Castro, Paulo Roberto de Castro, e Antônio Carlos Angelini, e se dirigiram ao Juízo de Direito de Curitiba, Paraná, para o processo de renúncia.

Passaportes e vistos, pretendidos pelos indivíduos mencionados, não serão emitidos, até que não seja dada ciência, de forma definitiva, do resultado do processo de renúncia.

RELAÇÃO

Por este documento se dá ciência ao Sr. Darcy Ribeiro, ex-ente-então brasileiro, nascido em Curitiba, Paraná, em 1914, e ao Sr. Walter Wagner de Castro, nascido em Curitiba, Paraná, em 1914, e ao Sr. Paulo Roberto de Castro, nascido em Curitiba, Paraná, em 1914, e ao Sr. Antônio Carlos Angelini, nascido em Joinópolis, Paraná, em 1914, de que os seus nomes foram inscritos no presente documento, e que os seus nomes foram inscritos no presente documento, e que os seus nomes foram inscritos no presente documento.

Recebi o passaporte

São Paulo, de _____ de _____ de _____

O interessado deverá trazer, ainda, os seguintes documentos:

- Um atestado de antecedentes passado pelo Departamento de Investigações (Serviço de Identificação) sito à Rua Brig. Tobias, 527.
- Uma fotografia de cada pessoa constante do passaporte, tamanho 3x4.
- Certidão negativa de imposto de renda (rua Xavier de Toledo n.º 280).
- Apresentar Carteira de Identidade, mod. 19.

bs.: - Para os menores de 21 anos é necessária autorização paterna, desde que não viagem em companhia do pai.

Os passaportes são entregues pessoalmente de visados.

Certidão Negativa do Imposto de Renda será efetuada para o ano em que for expedida.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA

SECRETARIA DE PASSAPORTES

1369

217 89

5279 8754

Fonte: elaboração da autora

4.2. O tipo documental nº 2:

Auto:

O auto de qualificação e interrogatório do indiciado pelo DOPS Franklin de Souza Martins, a respeito de sua suposta liderança em uma manifestação estudantil de 21 de junho de 1968. Refere-se a objetivos de repressão e prisão.

Quadro 3 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Auto de qualificação e interrogatório

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: auto de qualificação e interrogatório</p> <p>Definição: AUTO - documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão (auto de abertura de testamento, auto de partilha) ou um infrator a uma sanção (auto de infração, auto de flagrante, auto de corpo de delito). Protocolo inicial: timbre do órgão que realiza o auto. Título que designa o tipo de auto. Designação de data cronológica e local (que também pode não constar no protocolo inicial e sim no final). Texto: nomes da(s) pessoa(s) autuada(s), motivo da autuação e, penalidade, se for o caso. Protocolo final: datas tópica e cronológica (se não tiver sido designada antes). Assinatura da autoridade e designação de seu cargo. (Obs.: Use-se a palavra autos como sinônimo de processo, isto é, como o conjunto de todos os documentos de diferentes espécies que compõem um processo administrativo ou judicial). (BELLOTTO, 2002, p.49)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: fl A4

2. Código de classificação: 03.1.2.2 Presos no Brasil
CARACTERES INTERNOS:
3. Produtor: DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.
4. Conteúdo: qualificação e interrogação do preso Franklin de Souza Martins, sobre participação em manifestação estudantil.
Objetivo/função: Repressão/prisão/tortura.
5. Público-Alvo: autoridades militares e policiais.
6. Data: 05 de novembro de 1968
7. Fonte: Acervo do MJDH

Fonte: elaboração da autora.

Figuras 4 e 5: tipo documental auto de qualificação e interrogatório:

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO

As 05 horas do dia cinco do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Especializada de Ordem Política, digo no Forno Irmão de Município de Praia Grande, do Departamento de Ordem Política e Social, presente o senhor DIRETOR FERRAS Delegado Adjunto ao D.O.P.S. respectivo, comigo escrivão do seu cargo ao final assinado, al compareceu o indiciado FRANKLIN DE SOUZA MARTINS para os fins do artigo 183 do Cód. de Proc. Penal Brasileiro, presentes as testemunhas ao final qualificadas que assistiram a todo o interrogatório e ouviram a leitura deste auto, o qual, as perguntas que lhe foram feitas com referência a sua qualificação, respondeu-as da seguinte maneira:

Qual o seu nome? FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

Qual a sua nacionalidade e naturalidade? Brasileira, Vitória - ES.

Qual o seu estado civil? solteiro.

Qual a sua idade? 20 anos (nasc. nos 10/03/1948).

Qual a sua filiação? Movimento de Souza Martins.

Qual a sua residência? Rua Bulhões de Carvalho, 633 - ap. 401 (Copacabana) - Rio de Janeiro - RJ.

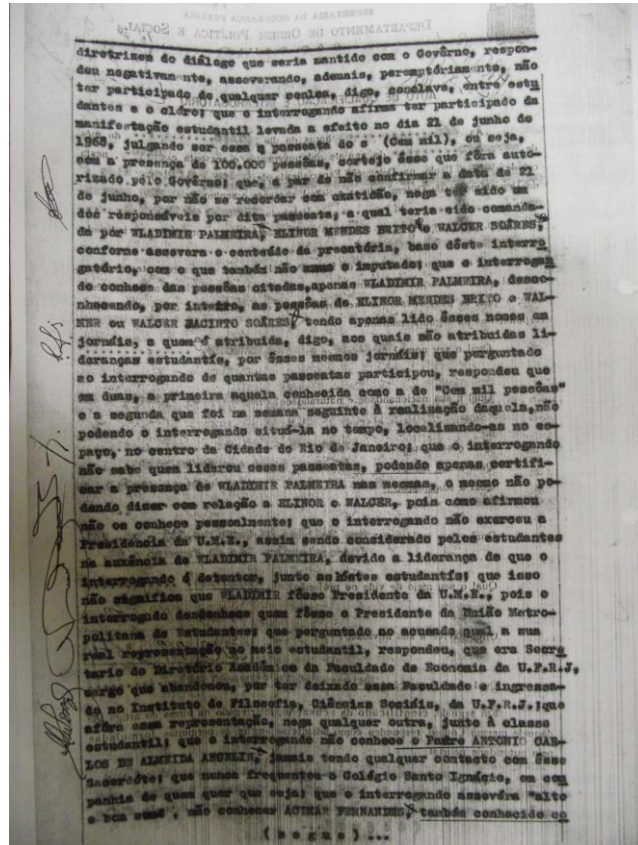
Qual o seu meio de vida ou profissão? estudante.

Onde nasceu e sua atividade? 500-28-2374

Qual a sua instrução? Universidade (incompleta).

Em seguida, identificado da acusação, interrogado na forma do artigo 183 daquele mesmo Código, respondeu como adiante se segue as perguntas formuladas pela autoridade policial.

Que propriedade se imputa ao estivo presente à um reunido em 7 de maio de 1968, entre estudantes e padres, cujo



Fonte: elaboração da autora

4.3. Tipo documental nº 3:

Manifesto.

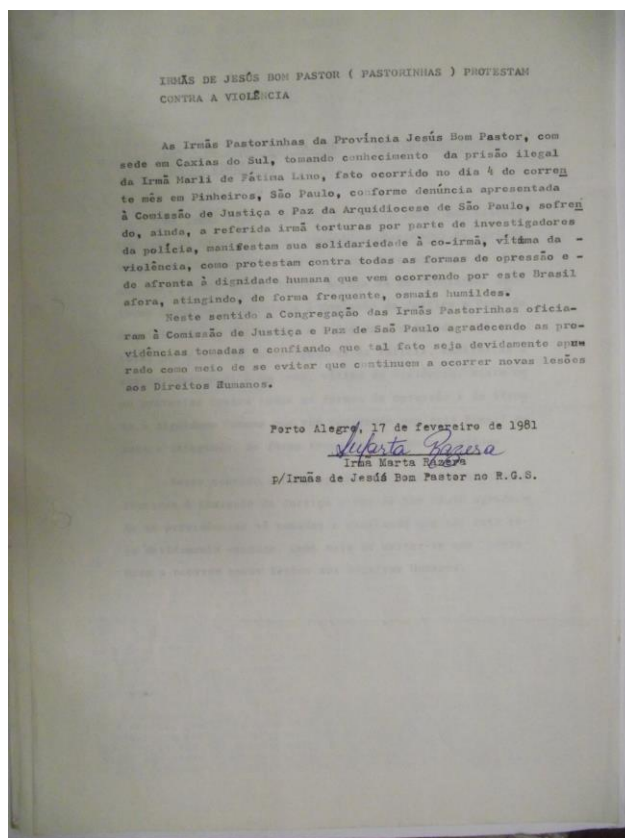
Os manifestos constantes na série 3 do acervo do MJDH referem-se a todo o tipo de denúncia contra o regime militar. Este documento trata do protesto das Irmãs Pastorinhas de Bom Jesus Pastor contra a tortura da Irmã Marli de Fátima Lino, presa ilegalmente em São Paulo. O Movimento de Justiça e Direitos Humanos colaborou e prestou solidariedade a diversas instituições que denunciavam os atos repressivos do Estado.

Quadro 4 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Manifesto contra a violência

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: Manifesto contra a violência</p> <p>Definição: MANIFESTO - documento não-diplomático informativo. Declaração pública das razões que justificam um ato, utilizada por autoridades para explicações diante da sociedade. É também a exposição de motivos levada a público, dele se valendo os idealizadores de algum projeto, sociedade ou atividades para captar seus adeptos. (BELLOTTO, 2002, p.73)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: fl A4
<p>2. Código de classificação: 03.1.4 Tortura</p>
<p>CARACTERES INTERNOS:</p> <p>3. Produtor: Congregação das Irmãs Pastorinhas do Jesus Bom Pastor</p> <p>4. Conteúdo: manifesto protestando contra a prisão ilegal e violência (tortura) da Irmã Marli de Fátima Lino</p> <p>Objetivo/função: Repressão/prisão/tortura.</p> <p>5. Público-Alvo: sociedade em geral</p> <p>6. Data: 17 de fevereiro de 1981.</p>
<p>7. Fonte: Acervo do MJDH</p>

Fonte: elaboração da autora.

Figura 6: tipo documental manifesto contra a violência



Fonte: elaboração da autora

4.4. Tipo documental nº 4:

Laudos.

Os laudos referem-se aos desaparecimentos dos cidadãos latino-americanos e nos quais o Movimento de Justiça e Direitos Humanos esteve envolvido nas buscas e no auxílio aos familiares. O laudo identificado a seguir relata cadáveres encontrados na costa uruguaia. Estes episódios de encontro de cadáveres ficaram conhecidos como “vãos da morte” – uma outra forma de esconder os corpos dos mortos pela ditadura. Descreve SOCA (2011)

Os detidos eram transportados [...] e embarcados no avião, sempre arrastados pelos soldados, devido ao estado de semi-inconsciência em que se encontravam. Em grupos de 15 a 20 pessoas por vão, que era realizados todas as quartas-feiras. Quando o avião decolava, o médico naval que ia a bordo aplicava aos detidos uma segunda dose de pentotal, mais forte, que os deixava totalmente sedados. Durante o vão, eram despidos pelos agentes a bordo, e em um determinado momento, quando o

comandante do vôo desse a ordem, as portas traseiras do avião eram abertas e as pessoas eram lançadas vivas ao mar uma a uma. (p.33)

Quadro 5 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – laudo de cadáveres encontrados na costa uruguaia

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: laudo de cadáveres encontrados na costa uruguaia</p> <p>Definição: LAUDO - documento diplomático enunciativo opinativo, descendente. Parecer de especialista no qual se expõem observações e estudos a respeito de um objeto sobre o qual se solicitou uma perícia. (BELLOTTO, 2002, p.71)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: fl A4
<p>2. Código de classificação: 03.2.3 Voos da Morte - Uruguai</p>
<p>CARACTERES INTERNOS:</p> <p>3. Produtor: Junta Departamental de Colônia/Uruguai</p> <p>4. Conteúdo: relato sobre a aparição e identificação de cadáveres na costa uruguaia</p> <p>Objetivo/função: Seqüestro/Morte</p> <p>5. Público-Alvo: autoridades</p> <p>6. Data: 13 de setembro de 1985</p>
<p>7. Fonte: Acervo do MJDH</p>

Fonte: elaboração da autora.

Figura 7, 8, 9 e 10: tipo documental laudo de cadáveres encontrados na costa uruguaia

Colonia, setiembre 13 de 1985.-
Sr. Presidente de la Junta Departamental de Colonia
Eac. JUAN JOSE SARTORI

P R E S E N T E
Señor Presidente:

El que suscribe, Edil Departamental, solicita por su intermedio se curse el siguiente pedido de informes a la Intendencia Municipal:

- 1º) Cuántos cadáveres no identificados se encuentran sepultados en el Cementerio de Colonia.-
- 2º) Fecha en que se produjeron dichos enterramientos.-
- 3º) A pedido de quién se efectuaron tales / inhumaciones y que documentación (por ejemplo Certificado de Defunción) se presentó en dicha oportunidad.-
- 4º) En caso de contarse con el Certificado / de Defunción, el nombre del médico y las causas de dichos fallecimientos.-
- 5º) Si posteriormente a dichos enterramientos, la autoridad que intervino informó a la Intendencia Municipal el origen y/o procedencia de los citados cadáveres.-

Sin otro particular, saludo a Ud. con la mayor consideración.-

Alberto Badaracco
Dr. ALBERTO BADARACCO,
EDIL

Sigue	1	8	8	0	1	0
SIGLA 40	-	-	-	-	-	-

Colonia, Setiembre 20 de 1985.-
Para la Intendencia de Dirección Municipal, Salubridad y /
Mezopolis.-

Badaracco
EAC. SECRETARIO

014370

Este expediente debe estar en el expediente en Setiembre.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE COLONIA
OFICINA DE SALUBRIDAD Y HIGIENE
DIRECCION DE LIMPIEZA SALUBRIDAD/MEZOPOLIS
EXP. N° 013370
Funcionario *Badaracco*

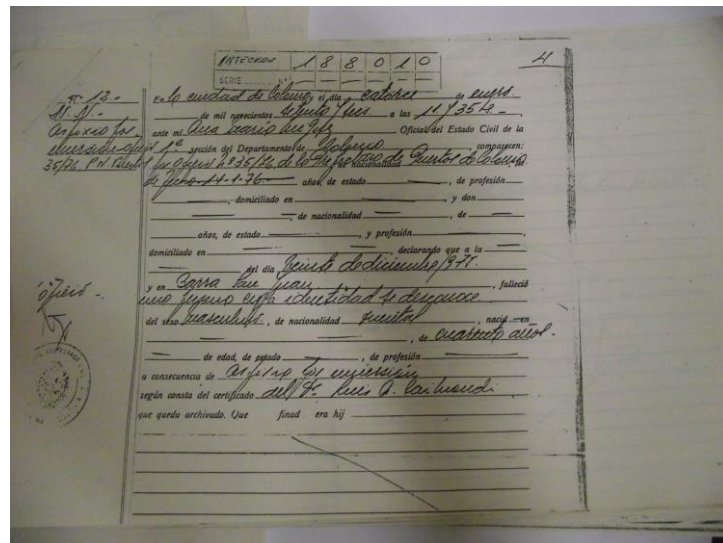
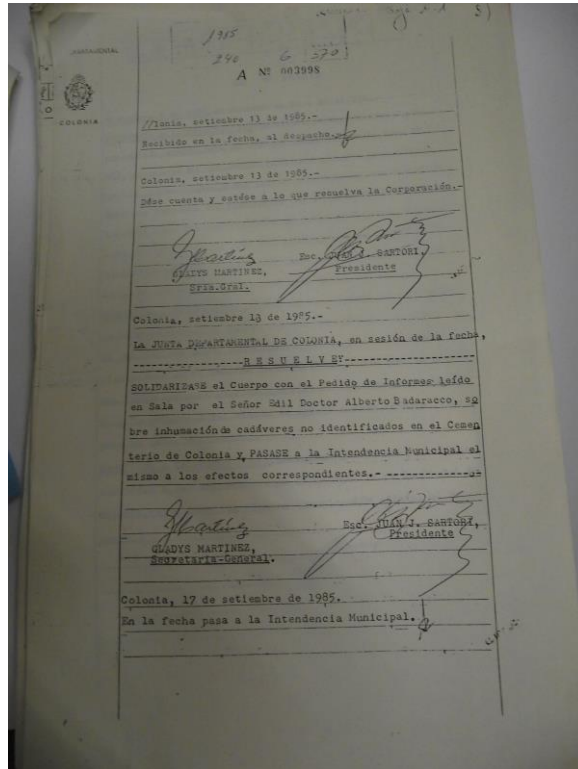
Dirección de Limpieza, Salubridad y Mezopolis.-
INFORME N° 932/1985.-Colonia, Setiembre 23 de 1985.-
El Dpto. de Higiene contestando por su orden a las preguntas formuladas por la Junta Departamental con fecha 13 de Setiembre de 1985.-

RESPUESTA A LA PREGUNTA 1º): Los cadáveres no identificados que se encuentran sepultados en el Cementerio de la Ciudad de Colonia, son ocho.-

RESPUESTA A LA PREGUNTA 2º): Las inhumaciones, habrán tenido lugar en las siguientes fechas: Enero 3 de 1976; un cadáver en fosa N° 1/976; Mayo 17 de 1976, un cadáver en fosa N° 17/976; Mayo 19 de 1976, un cadáver en fosa N° 18/976; Mayo 26 de 1976, un cadáver en fosa N° 26/976; Setiembre 6 de 1976, tres cadáveres en fosas Ns. 38/976, 39/976 y 40/976;

//

INTENDENCIA MUNICIPAL DE COLONIA
DIRECCION DE LIMPIEZA SALUBRIDAD Y MEZOPOLIS



Fonte: elaboração da autora

4.5. Tipo documental nº 5:

Telegrama.

Um caso emblemático em que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos esteve totalmente envolvido foi o seqüestro dos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Diaz em Porto Alegre, no ano de 1978 – demonstrando claramente a conexão repressiva entre os países, a chamada Operação Condor. Relata Nilson Mariano (2003)

O Brasil abriu fronteiras aos militares uruguaios. Em novembro de 1978, agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre ajudaram oficiais da Companhia de Contra-Inteligência do Exército do Uruguai a seqüestrar Universindo Diaz, Lílian Celiberti e os dois filhos dela, Camilo e Francesca. Integrantes do PVP, Lílian e o amigo Universindo estavam exilados na capital do Rio Grande do Sul, elaborando dossiê sobre violações de direitos humanos no Uruguai. [...] (p.149)

O casal uruguaio talvez tenha escapado da morte porque dois jornalistas brasileiros, Luis Claudio Cunha e João Batista Scalco reconheceram alguns policiais e denunciaram o seqüestro. Com as gestões do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH) e da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o caso ganhou dimensão internacional. (p.150)

Como o caso ficou conhecido mundialmente, o MJDH passou a receber inúmeras manifestações de solidariedade e apoio, como o tipo documental identificado abaixo.

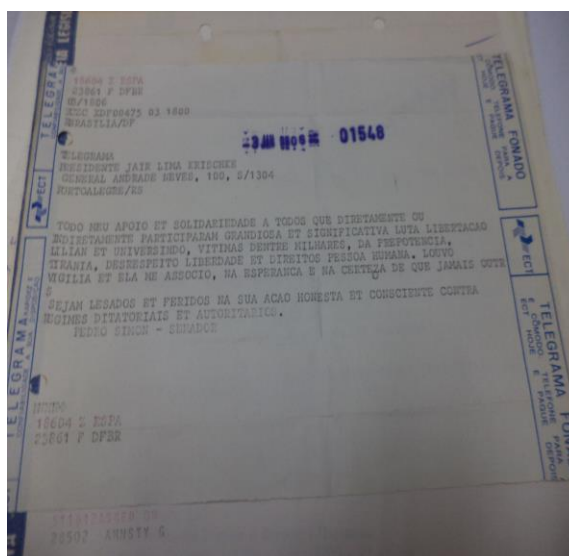
Quadro 6 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – telegrama de solidariedade

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: telegrama de solidariedade</p> <p>Definição: TELEGRAMA - documento não-diplomático informativo. Registro de notícia ou informação que se transmite por meio de telégrafo. (BELLOTTO, 2002, p.88)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: folha ofício

2. Código de classificação: 03.2.1.1 Caso dos Uruguaios
CARACTERES INTERNOS:
3. Produtor: Senador Pedro Simon
4. Conteúdo: apoio e solidariedade ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos pela libertação de Lílian Celiberti e Universindo Diaz
Objetivo/função: Seqüestro/Morte
5. Público-Alvo: Jair Krischke – Presidente do MJDH
6. Data: 03 de janeiro de 1984
7. Fonte: Acervo do MJDH

Fonte: elaboração da autora.

Figura 11: Tipo documental telegrama de solidariedade.



Fonte: elaboração da autora

4.6. Tipo documental nº 6:

Informe.

A série 3 contém uma diversidade de informes elaborados tanto pelo exército, quando pelos setores de informações dos países latino-americanos no período ditatorial. Esses informes têm em seu conteúdo principalmente o acompanhamento e a perseguição de militantes políticos no Cone Sul. Sua acumulação pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos se deu para que a instituição pudesse acompanhar essas pessoas a terem seus direitos de liberdade garantidos.

Quadro 7 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Informe de Inteligência

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: Informe de inteligência</p> <p>Definição: INFORME – documento não diplomático informativo. Descrição de fato ou fenômeno tal como foi visto constatando-se que, frequentemente, alimenta a elaboração da informação. (BELLOTTO, 2002, p.70)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: folha A4
<p>2. Código de classificação: 03.1.1.7.1.5 Informes de brasileiros exilados ou banidos a outros países</p>
<p>CARACTERES INTERNOS:</p> <p>3. Produtor: Departamento de Ordem Política e Social</p> <p>4. Conteúdo: histórico de prisão e declarações de Eva Laci Camargo Martins, asilada posteriormente no Chile.</p> <p>Objetivo/função: Repressão/Prisão/Tortura</p>

<p>5. Público-Alvo: autoridades militares e policiais</p> <p>6. Data: 1964-1965</p>
<p>7. Fonte: Acervo do MJDH</p>

Fonte: elaboração da autora.

Figura 12: Informe de inteligência

Data	Informação
12-04-1964	Nesta data, a epígrafa prestou declarações na// SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
31-12-1964	Segundo Relatório para aqui enviado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, desta data, teve a sua prisão preventiva decretada, em face// do resultado das diligências e consequências conclusões// de inquirições feitas em torno das atividades dos Partidos Comunista e Operário Revolucionário Trotskista na// aquele Estado.-
24-06-1965	A epígrafa encontra-se asilada em Santiago do// Chile, tendo embarcado nesta data, pelo voo 863, sendo// portadora do Salvo-Conduto nº 21/65, conforme comunicação feita a este DOPS por um funcionário em serviço no Galeão.-

233

Departamento Público do Estado de Rio de Janeiro
Divisão de Pesquisa e Promoção Cultural
Compare com o original

Setor: 400577
Pasta: 447 Folha: 1

Fonte: elaboração da autora

4.7. Tipo documental nº 7:

Depoimento.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, no cumprimento de suas ações, ouviu inúmeras pessoas – com a intenção de denunciar o regime repressivo, auxiliar as vítimas e prestar solidariedade aos familiares das vítimas e dos desaparecidos pelas ditaduras no Cone Sul.

No período repressivo, a ONU, através de sua subcomissão de Direitos Humanos, propôs a realização de audiências para as oitivas de familiares de

desaparecidos uruguaios, ao preocupar-se com as violações aos Direitos do Homem pelas ditaduras do Conesul. A série de depoimentos começou a ser realizada na Argentina, resultando em repercussão negativa para o Estado, fazendo com que a investigação não fosse realizada no Uruguai. A *Agrupacion de Familiares de Uruguayos Desaparecidos* em união com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil e O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados deram continuidade às oitivas na sede do MJDH em Porto Alegre.

A seqüência de oitivas e o andamento do processo fizeram com que 130 casos de desaparecidos uruguaios fossem conhecidos e investigados e aliado a isso, escancarou a tensão vivida no território uruguaio sob a égide do regime militar. Isso demonstra a rede de solidariedade construída pelo/através do Movimento de Justiça e Direitos Humanos na luta contra as ditaduras do Cone Sul.

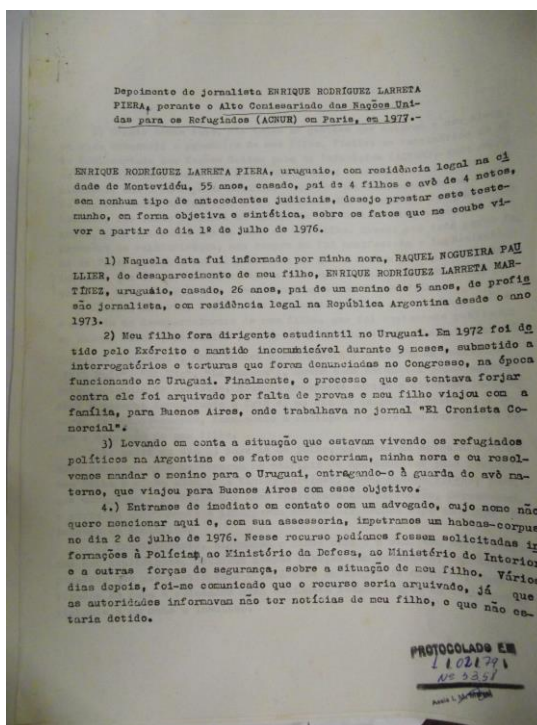
Quadro 8 – Ficha de Identificação de Tipo Documental – Depoimento de vitimas e familiares de desaparecidos uruguaios.

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: Depoimento de vitimas e familiares de desaparecidos uruguaios.</p> <p>Definição: DEPOIMENTO - documento, diplomático ou não, testemunhal de assentamento. Declaração em juízo ou perante autoridade competente, ou ainda, perante um pesquisador sobre pessoa ou assunto que está sendo investigado/estudado. (BELLOTTO, 2002, p.64)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: folha A4

2. Código de classificação: 03.3.5 Oitivas de uruguaios à ONU/MJDH/OAB
CARACTERES INTERNOS:
3. Produtor: A.F.U.DE/MJDH/ONU/OAB
4. Conteúdo: depoimento do Uruguaio Enrique Rodriguez Larreta Piera Objetivo/função: depoimentos de vítimas e familiares ao MJDH
5. Público-Alvo: sociedade em geral.
6. Data: 1977
7. Fonte: Acervo do MJDH

Fonte: elaboração da autora.

Figura 13: Depoimento de vitimas e familiares de desaparecidos uruguaios



Fonte: elaboração da autora

4.8. Tipo documental nº 8:

Carta.

Dentro do seu cotidiano de denúncia e auxílio às vítimas e familiares de desaparecidos políticos, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos acabava recebendo inúmeras cartas com pedidos de ajuda.

Padrós e Vivar (2013) relatam que:

[...] Conectada com o Movimento, embora não exclusivamente, a resistência uruguaia tinha em Porto Alegre um forte canal de difusão. O mesmo destino, quando de comum acordo, tinham as cartas escritas pelos próprios denunciantes que, muitas vezes, sem outra pista que um telefone ou um endereço passados por algum companheiro, chegavam ao MJDH com um simples pedido de ajuda. (p.25)

Quadro 9 – Carta com pedido de auxílio

Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul
<p>1. Tipo documental: Carta com pedido de auxílio</p> <p>Definição: CARTA - documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso. (BELLOTTO, 2002, p.51)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: folha A4
<p>2. Código de classificação: 3.4 Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH</p>

CARACTERES INTERNOS:

3. **Produtor:** Lílian Celiberti

4. **Conteúdo:** carta escrita à mão por Lílian Celiberti, uruguaia seqüestrada pela Operação Condor, solicitando auxílio a Jair Krischke.

Objetivo/função: correspondência de vítimas e familiares ao MJDH

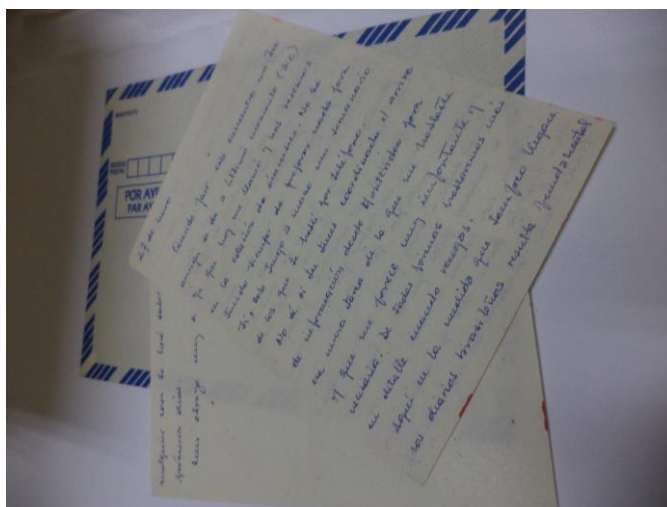
5. **Público-Alvo:** Movimento de Justiça e Direitos Humanos

6. **Data:** 27/março, sem o ano

7. **Fonte:** Acervo do MJDH

Fonte: elaboração da autora.

Figura 14: Tipo documental carta com pedido de auxílio



Fonte: elaboração da autora

4.9. Tipo documental nº 9:

Boletim Informativo.

No decurso de suas atividades o Movimento de Justiça e Direitos Humanos produziu, recebeu e foi citado em boletins informativos de outras organizações sociais.

A rede de solidariedade promovida pela instituição fez com que ela se relacionasse com diversas outras que tinham o mesmo objetivo, a luta pela defesa dos direitos humanos. Dessa forma,

A rede através da qual agiu o MJDH, permitiu romper fronteiras, articulações estatais restritivas e a indiferença de amplos setores populacionais das sociedades atingidas. Entidades de direitos humanos, associações de familiares de desaparecidos políticos, associações sindicais, organizações políticas (legais ou clandestinas), grupos religiosos, determinados organismos internacionais, indivíduos por conta própria, etc., contribuíram nessa luta de base universal [...] O que entrelaçou essas organizações foi o entendimento de que existia um conjunto de valores, objetivos e projetos comuns que identificavam e definiam as parcerias. (PADRÓS e VIVAR, 2013, p.29)

Quadro 10 – Boletim informativo das *Madres de la Plaza de Mayo*

<p align="center">Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul</p>
<p>1. Tipo documental: Boletim informativo das <i>Madres de la Plaza de Mayo</i></p> <p>Definição: FOLHETO/FOLDER documento não-diplomático informativo. Formato correspondente à publicação de pequeno informativo para divulgação de instituição, campanha, curso ou evento.</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: folha A4
<p>2. Código de classificação: 03.6.1.2 Intercâmbio/colaboração/participação com outras organizações sociais – <i>Madres de la Plaza de Mayo</i></p>

CARACTERES INTERNOS:

3. **Produtor:** *Madres de la Plaza de Mayo*

4. **Conteúdo:** relata encontro de duas delegadas das *Madres de la Plaza de Mayo* com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Objetivo/função: Intercâmbio/colaboração/participação com outras organizações sociais

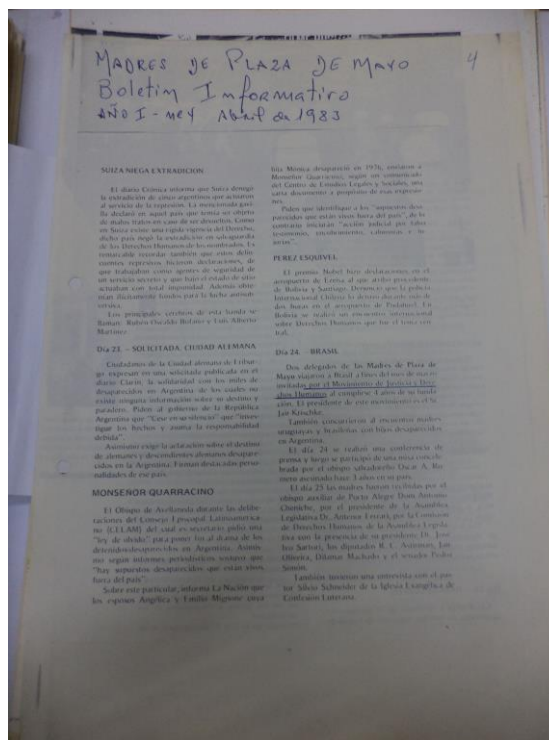
5. **Público-Alvo:** sociedade em geral

6. **Data:** Abril de 1983

7. **Fonte:** Acervo do MJDH

Fonte: elaboração da autora.

Figura15: Boletim Informativo de las *Madres de la Plaza de Mayo*



Fonte: elaboração da autora

4.10. Tipo documental nº 10:

Processo.

O processo identificado se refere ao pedido de asilo territorial de João Batista Braga para o governo do Uruguai:

Nesse contexto de repressão e medo e retrocessos repressivos no Brasil, se desenvolveu um trabalho que permitiu a saída, em poucos anos, de centenas de perseguidos políticos e suas famílias, do Cone Sul.[...] A urgência da luta pela sobrevivência impôs uma árdua e delicada missão de viabilizar a obtenção de asilo para as vítimas de perseguição política. (PADRÓS e VIVAR, 2013, p.25)

Quadro 11 – Processo de pedido de asilo territorial ao Uruguai

<p align="center">Ficha de Identificação de Tipos Documentais da Série Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul</p>
<p>1. Tipo documental: Processo de pedido de asilo territorial ao Uruguai</p> <p>Definição: PROCESSO - documento não-diplomático informativo. Desenvolvimento de um expediente, incluindo tipos diversos de documentos e que, recebendo informações, pareceres e despachos tramita até que se cumpra o ato administrativo que gerou a sua criação. Unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível. (BELLOTTO, 2002, p. 80)</p> <p>CARACTERES EXTERNOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênero: textual - Suporte: papel - Formato: folha A4
<p>1. Código de classificação: 03.7.4 Pedido de Exílio de brasileiros ao Uruguai</p>

CARACTERES INTERNOS:

2. **Produtor:** *Ministério del Interior de Uruguay*
3. **Conteúdo:** pedido de asilo territorial ao Uruguai

Objetivo/função: Exílio/Refúgio

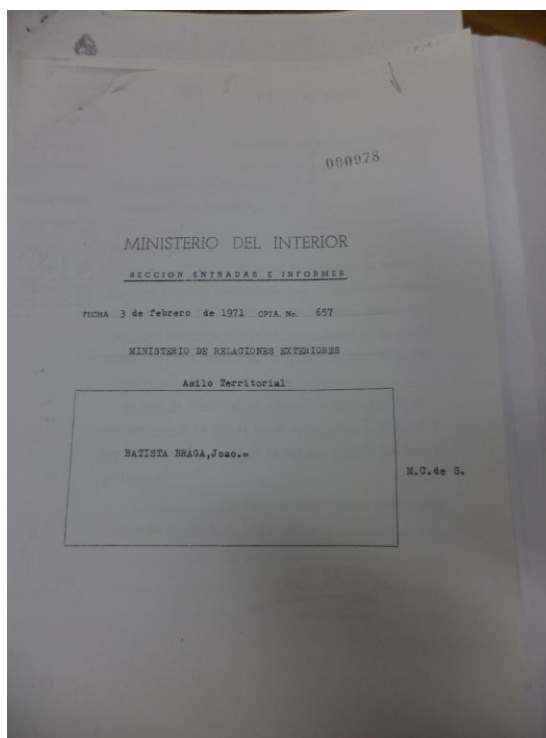
4. **Público-Alvo:** governo do Uruguai

5. **Data:** 03 de fevereiro de 1971

6. **Fonte:** Acervo do MJDH

Fonte: elaboração da autora.

Figura 16, 17 e 18 : Processo de asilo territorial ao Uruguai



D.I. N. 777705

Montevideo, 30 de diciembre de 1970.

SEÑOR MINISTRO DEL INTERIOR,
General ANTONIO FRANGOS

SEÑOR MINISTRO:

Tengo el honor de dirigirme al señor Ministro a fin de comunicarle, que el ciudadano brasileño Sr. señor JOAO BATISTA BRAGA, titular de la Cédula de Identidad brasileña N°610.243, domiciliado en la calle Maldonado N°814, Aptc.502, ha presentado ante esta Capillaría solicitud de sello territorial.-

En caso de registrar el interesado antecedentes en esa Secretaría de Estado ruego a Vd. tenga a bien informar de los mismos a fin de la debida instrucción del expediente.-

Reitero al señor Ministro las seguridades de mi más alta consideración.-

Por el Ministro
[Firma]
CARLOS BARROS
Sub-Secretario
SECRETARÍA DE ESTADO

L. N. O. 96

SECRETARÍA DEL INTERIOR.-
Montevideo, 5 de febrero de 1971.-
Tome nota la Sección Asilados Políticos y pase a informe del Departamento de Registro y Archivo.-

L/N.

[Firma]
ALDO ANTONIO BRAGA
Ejecutor General

SECCION ASILADOS POLITICOS.-
Montevideo, 9 de febrero de 1971.-
Se toma nota.-
[Firma]
Jefe

DEPARTAMENTO DE REGISTRO Y ARCHIVO.-
Montevideo, 12 de febrero de 1971.-
Vuelva al Despacho con la manifestación de que en este Ministerio no se encuentra registrado ningún antecedente al respecto.-

Jefe de I. A.
[Firma]
Federico O. Rojas.

SECCION ARCHIVO.-
Recibido: 9 de febrero de 1971
Por: *[Firma]*

Fonte: elaboração da autora

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A seqüência e o desenvolvimento deste trabalho pretendeu demonstrar a forma como a tipologia documental é vista pelos diversos autores da Arquivologia e como a aplicação do seu método enquanto função de pesquisa é essencial para que se possa ver as relações que os documentos têm entre si, e entre eles e os sujeitos que os produziram ou pelos quais através deles agiram, e também para que se prossigam as tarefas arquivísticas, como o arranjo e a descrição.

Na medida em que a metodologia de organização documental do grupo de trabalho dos Arquivistas sem Fronteiras dentro do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos foi possível perceber a escolha feita por eles no sentido de posicionamento histórico e ideológico na construção contextualização de seu quadro de arranjo pelos Arquivistas sem Fronteiras

Em se tratando de um acervo de documentos comprobatórios do terrorismo de estado praticado nos países que instauraram a Ditadura como regime político, para exercer sua missão de denúncia, auxílio e solidariedade, é importante destacar a diversidade da documentação que foi produzida e acumulada pela instituição. Com a abertura dos arquivos da repressão – principalmente na Argentina e no Uruguai – o Movimento de Justiça e Direitos Humanos pode acessá-los em busca de novos documentos que comprovassem a repressão do estado. Com isso, a série 3 – Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul não é identificada através de padrões, seus documentos são pautados pela referência do momento histórico aos quais estão inseridos e pela ação da instituição que os utilizou, por isso, a tipologia documental como metodologia de pesquisa possibilita que haja uma identificação bem fundamentada do o contexto histórico do acervo, o contexto de origem dos documentos e as atividades que levaram à sua criação, tornando-se, dessa forma, uma produção de conhecimento arquivístico, facilitando o entendimento do que é o arquivo e todo o seu conteúdo informacional, determinando os tipos documentais existentes e suas relações com o acervo. Através dessa ideia, conclui-se que um trabalho arquivístico tido como neutro, objetivo e imparcial interfere significativamente no arranjo documental, pois seu resultado se torna simplificado, técnico, indeterminando a relação dos documentos com o seu contexto histórico e

sua função social. Aqui, o arquivista não se configura como neutro e imparcial – onde deixa de colocar sua reflexão crítica no corpo de seu trabalho - e sim, é visto como produtor de conhecimento, o sujeito que interfere nos arquivos determinando o modo como este vai se dar a conhecer pela sociedade.

Na análise tipológica feita na série 3 – Terrorismo de Estado nas Ditaduras do Cone Sul foi possível perceber que seus documentos, além de refletir as missões do Movimento de Justiça e Direitos Humanos frente aos regimes ditatoriais – a denúncia e o auxílio, criando redes de solidariedade entre os países latino americanos, formam grupos de objetivos ou funções junto à essas. São elas:

- Repressão;
- Prisão;
- Tortura;
- Seqüestro;
- Mortes;
- Desaparecimentos;
- Depoimentos de vítimas e familiares de desaparecidos;
- Correspondência com vítimas e familiares de desaparecidos;
- Intercâmbio e colaboração com outras organizações sociais;
- Exílio;
- Refúgio.

Isso quer dizer que, ao aplicar a identificação dos tipos documentais como um método de pesquisa, a visualização da organicidade de um acervo com tantas particularidades como este fica facilitada.

Em cada grupo determinado pelos objetivos ou funções existem dossiês, autos, manifestos e comunicados, correspondências de variadas formas, informes e processos, por isso mais uma vez fica justificada a escolha dos 10 tipos documentais como uma amostragem.

Sendo assim, a identificação dos tipos documentais é fundamental para a produção de conhecimento dentro dos arquivos, de forma a colaborar com sua função primordial: dar acesso às informações.

Por fim, no arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, é possível perceber e demonstrar ao usuário o acervo como marco interpretativo das ditaduras do Cone Sul, contendo uma memória emblemática com os objetivos de legitimar a história das pessoas afetadas pelo regime de repressão e conscientizar a sociedade a razão da luta pela defesa dos direitos humanos.

Como em todo acervo, o arranjo deve revelar efetivamente todas as atividades realizadas pela instituição, e por isso, os elementos informais devem ser colocados à tona. Esse é o modo de inserir os documentos dentro do contexto histórico da instituição, o que permitirá também que este espaço seja visto como um lugar de memória do passado recente de repressão e ditadura, convergindo em um campo onde a “Memória – Verdade – Justiça” continue tendo eco.

“Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!”

REFERÊNCIAS:

BAUER, Carolina Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Arquivo do Estado, 2002.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CONARQ. **Movimento de Justiça e Direitos Humanos**. 1979. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=671&sid=105&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

COOK, Terry. SCHWARTZ, Joan. **Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna**. Registro. Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, vol. 3 n.3, Julho 2004

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.

HEREDIA, Antonia. **Archivística general: teoria y practica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.

ISHAQ, Vivien. FRANCO, Pablo E. SOUSA, Teresa E. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JELIN, Elizabeth. CATELA, Ludmila da S. **Los archivos de la represión: Documentos, memória y verdad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

LOPEZ, André Porto A. *Tipologia Documental de partidos e Associações Políticas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1999

MARIANO, Nilson. **As garras do condor**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003

PADRÓS, Enrique S. VIVAR, Jorge Eduardo E. **Memórias da resistência e da solidariedade: O Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: ASF-Brasil, 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) -- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>.

_____. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2012. Disponível em <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/44/81>>

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Tradução de Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SOCA, Diego Antonio P. **O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina: os vôos da morte e as conviências das Ditaduras do Brasil e do Uruguai com o ocultamento de corpos devolvidos pelo mar**. 2011. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: UNB, 2003, p. 257.

TOGNOLI, Natália B. GUIMARÃES, José Augusto C. Arquivística Pós-Moderna, Diplomática Arquivística e Arquivística Integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Comunicação Oral**. Rio de Janeiro: IBICT/MCT, 2010. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/download/249/215> > Acesso em: 14 nov. 2012.

**ANEXO A- SÉRIE 3 DENTRO DO QUADRO DE ARRANJO DO
ACERVO DO MJDH**



QUADRO DE ARRANJO MJDH

Código	TITULO	Nível	CAIXA
01	ADMINISTRAÇÃO & ORGANIZAÇÃO - MJDH	SÉRIE	
01.1	Documentação Constitutiva	Sub serie	01
01.2	Gestão Administrativa	Sub serie	02
01.3	Gestão Financeiro e Contável	Sub serie	04
01.4	Recursos Humanos (registros emprego) Gestão Administrativa	Sub serie	06
01.5	Política Institucional		06
02	PROMOÇÃO E INTERVENÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	SÉRIE	
02.1	Segurança Pública	Sub serie	Cx.01
02.2	Setor público e privado		Cx.04
02.3	Crianças e Adolescentes	Sub serie	
02.4	Discriminação Social	Sub serie	Cx.06
02.5	Condições de Trabalho	Sub serie	Cx.12
02.6	Ações de Cooperação e Intercâmbio	Sub serie	Cx.13
02.7	Conflitos pela "Posse"	Sub serie	Cx.14
02.8	Meio Ambiente	Sub serie	Cx.17
02.9	Violação de Direitos Humanos no Exterior		
02.10	Educação	Sub serie	Cx.18
02.11	Direitos Humanos em Geral		Cx.19
02.12	Processos Judiciais	Sub serie	Cx.21

Fonte: ASF, 2012.

03	<i>TERRORISMO DE ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA - CONE SUL</i>	SERIE	
03.1	Repressão/ Prisão /Tortura	Sub serie	Cx.01

03.2	Sequestro - Morte e Desaparecimento de Pessoas	Sub serie	Cx.11
03.2.4	Organizações Sociais – Mortos e desaparecidos		
03.3	Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH		Cx.17
03.4	Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH	Sub serie	
03.5	Operação Condor		
03.6	Intercâmbio / colaboração/participação - com organizações sociais		Cx.19
03.7	Exílio e Refúgio	subserie	Cx.20
04	PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO CONE SUL		Cx.23
04.1	Distensão política no Brasil		
04.2	Repressão e violência		
04.3	Anistia		Cx.24
04.4	Transição democrática		
04.5	Abertura dos arquivos		Cx.25
04.6	Memórias, manifestos, entrevistas e análises		
04.7	Reparação e indenização de vítimas		
05	<i>PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO DO MJDH</i>	SERIE	
05.1	Trabalhos premiados		
05.2	Trabalhos apresentados não premiados		
06	<i>RECORTES DE JORNAIS</i>	SERIE	
06.1	<i>ADMINISTRACAO & ORGANIZACAO - MJDH</i>		
06.2	<i>PROMOÇÃO E INTERVENCAO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS</i>		
06.3	<i>TERRORISMO DE ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA - CONE SUL</i>		
06.4	PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO		

	CONE SUL		
06.5	<i>PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO DO MJDH</i>		
07	<i>ACERVO FOTOGRÁFICO E AUDIVISUAL</i>	SERIE	

Fonte: AsF

Projeto de Organização do Acervo do Movimentos de Justiça e Direitos Humanos
Coordenação e elaboração Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado sr. Jair de Lima Krischke,

Sou estudante do curso de pós-graduação EAD em Gestão em Arquivos, oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade Aberta do Brasil. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Rosanara Pacheco Urbanetto, cujo objetivo é analisar os tipos documentais da Série 3, do Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS.

O acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos é um marco interpretativo das Ditaduras no Cone Sul e a pesquisa irá contribuir para o resgate da memória da luta pela defesa dos Direitos Humanos, para a constante denúncia das violações destes direitos e também para demonstrar o trabalho arquivístico como produção de conhecimento dentro dos arquivos.

Solicito, portanto, a sua autorização para realizar as pesquisas neste acervo, dentro da sede do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora) fone 51-99007717 .

Atenciosamente

Anna Luiza de Moura Saldanha

Autorizo a pesquisa no acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS.

Porto Alegre, 07 de agosto 2013.

Jair de Lima Krischke

Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS

